

DESIGUALDADE DE GÊNERO: UM ESTUDO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NAS REGIÕES BRASILEIRAS

Nicole Araújo de Figueiredo¹
Prof. Dr. Luciano Balbino dos Santos²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a desigualdade de gênero revelada na estrutura do mercado de trabalho nas regiões brasileiras, tomando como foco três indicadores principais: a) formação acadêmica b) trabalho formal e c) o trabalho informal, a partir dos dados coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em pleno Século 21, as mulheres ainda constituem o grupo que enfrenta os maiores empecilhos de acesso ao mercado de trabalho, recebem salários menores mesmo desempenhando atividades similares às atividades desempenhadas pelos homens, apesar de apresentarem mais estudos, por fatores como os afazeres domésticos, o fato de cuidar dos filhos, o fenômeno teto de vidro pode explicar essas barreiras para as mulheres e as características do mercado informal ser um facilitador para a mulher conciliar sua vida profissional e pessoal.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade de Gênero; Trabalho formal e Informal; Mercado de trabalho

ABSTRACT

This paper aims to analyze the gender inequality revealed in the labor market structure in the Brazilian regions, focusing on three main indicators: a) academic formation b) formal work and c) informal work, based on data collected at the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). In the 21st Century, women are still the group that faces the greatest obstacles to accessing the labor market, receive lower salaries even performing activities similar to those performed by men, despite having more studies, due to factors such as household chores, By caring for children, the glass ceiling phenomenon can explain these barriers to women and the characteristics of the informal market make it easier for women to reconcile their professional and personal lives.

KEY WORDS: Gender inequality; formal and informal work; Labor Market

¹ Acadêmica de Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Amazonas – e-mail: nicolearaujo095@gmail.com.

² Doutor em Economia de Empresas. Professor Adjunto do Curso de Economia da UEA.

INTRODUÇÃO

O debate sobre as funções que deveriam ser desempenhadas por homens e mulheres teve início entre o século XVII e XIX, onde ocorreram mudanças e reestruturação da realidade social, ligado ao processo de industrialização. (TEIXEIRA O., 2008). A mulher já não era apenas vista como alguém que devesse ficar em casa, cuidando dos afazeres domésticos e filhos, agora ela passaria a ser um dos propulsores da roda da indústria.

Percebe-se que as desigualdades de gênero permeiam em todas as esferas das sociedade. No mercado de trabalho, a pesar da crescente participação feminina (IBGE, 2004-2015), Num País de cultura machista como o Brasil o papel do homem e da mulher está devidamente delimitado, quer seja no âmbito social, econômico ou político (MANGANELLI, 2012). Muito se é discutido sobre a dificuldade da mulher ascender no mercado de trabalho, e os motivos para tal são o fato de muitas mulheres engravidarem, terem familiares que carecem de cuidados e a imagem de que a primeira missão da mulher é a de servir a família, ser subordinada ao seu marido. É importante evidenciar que muitos pensadores importantes para a ciências econômicas não reconheciam o papel da mulher para um melhor crescimento econômico, para Teixeira (2008), abordando a visão de Adam Smith, que acreditava que a atividade das mulheres em casa, destinada ao cuidado familiar, pois a mulher deveria ser quem educaria seus filhos para que se tornassem em trabalhadores produtivos e contribuíssem para a criação da riqueza. A autora também aborda a visão dos autores clássicos, onde as mulheres deveriam permanecer no âmbito familiar e o homem seria o responsável pelo sustento da família.

Na época, pensava-se que o salário das mulheres solteiras deveria ser igual ao que custa o sustento delas, mas não precisaria ser superior. O mínimo para um homem é sempre acima disso, porque para os homens o salário deve ser suficiente para sustentar a si mesmo, uma mulher e um número adequado de filhos (CARRASCO, 2008, p.8). Esse pensamento pode estar ecoando até hoje e refletindo nos salários e rendimentos das mulheres, pois em várias carreiras onde os homens e mulheres possuem a mesma formação e qualificação, ainda assim, as mulheres recebem menos.

A igualdade de gênero passa a ser associada como um fator de grande importância do desenvolvimento econômico. Solow (1956), em sua teoria e modelo de crescimento econômico consideram as variáveis capital fixo e capital humano, e os parâmetros de tecnologia e conhecimento. E o Relatório Woman, Business and Law (WBL) enfatiza a importância da igualdade de gênero com um componente crítico do crescimento econômico e que pode ser

considerado no modelo como parametrização do capital humano de um país. (RAMALHO, 2019, P. 11).

A mulher passa a ser um dos fatores que fazem com que a economia de um país cresça, e isso é um incentivo para que vários países adotem leis e regulamentações que incentivem a mulher a entrar no mercado de trabalho ou a iniciação de um negócio.

As transformações do mercado de trabalho brasileiro (entre os anos de 1990 e os anos 2000) chamou a atenção para o crescimento do trabalho formal, porém o mercado informal sempre teve sua participação no mercado brasileiro. (ARAÚJO & LOMBARDI, 2013). Os autores afirmam que os estudos sobre as recentes mudanças no mercado de trabalho não contempla a dimensão de gênero.

Na luta do Brasil para se tornar um país desenvolvido, devemos alcançar essa igualdade e mostrar o quanto o país poderia crescer caso a igualdade entre os gênero fosse alcançada. Por anos as mulheres tiveram o papel de dona de casa, porém os tempos mudaram e precisamos reverter esse quadro. Para Ramalho (2019), as mulheres são a metade da população mundial e elas procuram criar um mundo mais próspero. A autora menciona o modelo de Solow-Swan (1987), que procura responder por que uns países são mais ricos que outros e a teoria da economia institucional de Douglass North (1993), ambos os modelos de desenvolvimento econômico e instituições preveem a equidade nas sociedades, e portanto, a igualdade de gênero como premissa. É importante observar que os países desenvolvidos, onde as leis se cumprem, onde essa discriminação de gênero é reduzida ao máximo, podemos observar mulheres ocupando os mesmo cargos que homens, recebendo o mesmo salário, por isso é um dos fatores que poderiam fazer o Brasil a ser um país mais rico e igualitário.

Este trabalho tem como objetivo analisar a desigualdade de gênero revelada na estrutura do mercado de trabalho nas regiões brasileiras, tomando como foco três indicadores principais: a) formação acadêmica b) trabalho formal e c) trabalho informal.

O trabalho está organizado em três seções, além dessa introdução. No Referencial teórico busca-se na história da formação da sociedade tradicional para o entendimento da desigualdade de gênero, tendo o alicerce teórico disponível e assim identificando os fatos que explicam essa estruturação da sociedade.

Na seção da metodologia utilizamos da abordagem qualitativa e descritiva, dando continuidade à linha do contexto histórico identificaram-se obras sobre a desigualdade de gêneros e seus fatores no Brasil, e foram cruzando-os com os dados quantitativos disponíveis, buscando uma relação entre a qualificação acadêmica e o mercado de trabalho.

Na última seção analisou-se a formação acadêmica das mulheres no ensino superior e a proporção de mulheres no mercado de trabalho em relação aos homens por regiões do Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. DESIGUALDADE DE GÊNERO

Este referencial procura situar o trabalho proposto acerca do conhecimento acadêmico sobre as desigualdades de gênero e o empecilho que impede que as mulheres adentrem no mercado de trabalho.

A desigualdade de gênero pode ser atribuída aos papéis que foram designados para o homem e a mulher no começo da sociedade em diversas etapas da evolução. Desde a economia predominantemente rural ou pré-industrial, o homem e a mulher tinham representações diferentes enquanto produtores de bens e serviços à sociedade. (KON, 2001).

A mulher, em seu papel tradicional, tinha o dever de cuidar de seu lar e de seus filhos, ou seja, as atividades domésticas e a procriação e o homem era responsável pelo sustento. A mulher era excluída da divisão de trabalho e o seu trabalho familiar doméstico era ocultado no sistema capitalista.

Para Kon (2013, p. 155 e 116) os fatores de determinação da distribuição do trabalho entre homens e mulheres, tanto da parte da oferta quanto da demanda por trabalho, que acabam por estabelecer a estruturação ocupacional de um mercado podem ser resumidos como: diferenças entre os gêneros com relação aos gostos pelas atividades de trabalho, que são influenciados por valores sociais e, dessa forma, apresentam diferenciações entre as sociedades em um período e em uma mesma sociedade com evolução do tempo, diferenças entre os gêneros nas capacidades para o trabalho, que conduzem à exploração das vantagens comparativas por meio da divisão de trabalho do mercado, aqui é abordado o fato da facilidade homens para o trabalho físico e mulheres para trabalho, como o de cuidados e atividades administrativas, a separação dos gêneros de modo a reduzir os conflitos no trabalho relacionados a tensões entre os sexos, esse fator pode estar relacionado a assédios sexuais no ambiente de trabalho, onde em vários discursos os homens justificam o assédio pelo modo como a mulher se veste no ambiente, por exemplo. Outro fator que estabelece a estruturação ocupacional é a necessidade da mulher equilibrar o trabalho de mercado com o doméstico e outros afazeres domésticos. Nos estudos é relevante destacar as horas de afazeres domésticos, em média, os homens dedicam 10,9 horas semanais, enquanto mulheres investem 35,3 horas (RAMALHO, 2019).

A Segregação profissional por gênero refere-se à desigualdade na distribuição de homens e mulheres nas diferentes categorias profissionais. É um conceito usado para demonstrar que homens e mulheres tem empregos diferentes. (TEIXEIRA, 2008, P. 39).

A segregação profissional é explicada na prática e filosoficamente. Na prática pode ser observado no mercado de trabalho. Indicando que as mulheres tem uma limitação no mercado de trabalho.

[...] Compreender as causas e consequências da segregação profissional é decisivo para a formulação de políticas para o mercado de trabalho. As políticas de ação afirmativa, por exemplo, podem ser interpretadas como uma tentativa de reduzir a segregação profissional e as políticas para igualar os salários podem ser vistas, em parte, como um esforço para reduzir as diferenças de renda que a segregação pode causar. (TEIXEIRA, 2008, P.39).

Entendendo essa segregação profissional que tanto agrava a desigualdade de gênero poderemos criar medidas para nos aproximar da igualdade entre os homens e mulheres, por meio das políticas para o mercado de trabalho.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2008), considerou o tema sobre desigualdades de direitos e oportunidades entre mulheres e homens nas organizações um fenômeno predominante no mundo. Os três mecanismos pelos quais a desigualdade de gênero se reproduz no mercado de trabalho são a discriminação salarial pura, pois os homens ganham mais em profissões idênticas às das mulheres. O segundo é a chamada segregação ocupacional, onde as mulheres, de modo geral, ocuparem postos de trabalhos menos qualificados e mais mal remunerado do que os dos homens e o terceiro é a dificuldade de ascensão profissional das mulheres, conhecido como a expressão teto de vidro, que são as barreiras que impedem as mulheres a chegar a um lugar maior nas organizações. (CAVAZOTTE, OLIVEIRA & DE MIRANDA, 2010).

2.2. TRABALHO INFORMAL

A discussão sobre o trabalho informal foi se moldando às mudanças econômicas e no mercado de trabalho no início dos anos 90. Nos dias atuais, apesar da recuperação do emprego com vínculo formalizado na última década, permanece uma enorme heterogeneidade no mercado de trabalho. Os exemplos da diversidade de situações que podem caracterizar o que a Organização Internacional do Trabalho (OIT), denomina “economia informal”: contratação ilegal de trabalhadores sem registro em carteira, os contratos atípicos de trabalho, as falsas cooperativas de trabalho, o trabalho em domicílio, os autônomos sem inscrição na previdência social, a evasão fiscal das microempresas, o comércio ambulante e a economia subterrânea.

Esses trabalhos envolvem trabalhadores cuja condição tende a ser mais precária em razão de estarem em atividades em desacordo com as normas legais ou fora do alcance das instituições públicas de seguridade social. (KREIN&PRONI, 2010, p. 7).

O conceito de informalidade é um debate intenso entre os sociólogos e economistas em um contexto em que o movimento de expansão da produção flexível levou à desregulação dos mercados de trabalho e a uma crescente informalização e precarização das relações de trabalho. Os trabalhadores informais passam por diversas dificuldades ao adentrar nessa categoria, em alguns casos correndo risco de vida, os autores salientam a falta de cuidados, proteção e auditoria nesse meio de trabalho (ARAÚJO & LOMBARDI, 2013).

Segundo Krein e Proni (2010), Os termos “formal” e “informal” aparecem em substituição a divisão ente “setor tradicional” e “setor moderno”, sendo o setor informal entendido como fenômeno moderno e resultado do processo de urbanização. A definição de “setor informal urbano” em um estudo de 1972, era uma forma de fazer as coisas, essas atividades foram pensadas como um setor, onde as empresas e indivíduos participantes na produção de bens, na prestação de serviços pessoais ou no pequeno comércio.

A perspectiva da OIT sobre o trabalho informal mudou, agora era visto como um setor de dinamismo e capacidade de gerar trabalho e renda para uma grande parte da população, buscou agrupar a diversidade e heterogeneidade do fenômeno, e assim, adotando o conceito “economia informal”, em 2002. (KREIN; PRONI, 2010; OIT, 2002). O conceito engloba as posições de ocupação informais e as unidades produtivas, o que nos faz pensar em atividades de subsistência ou o trabalho desprotegido nos setores não estruturados da economia e o trabalho informal exercido nas atividades formais da economia capitalista. (ARAÚJO&LOMBARDI, 2013).

Segundo Araújo (2002), a divisão sexual do trabalho está atuando no setor informal. Alguns estudos mostram o deslocamento compulsório das mulheres de empresas de grande e médio porte de diversos setores da indústria, onde as mulheres ocupam postos de baixa qualificação, em direção a trabalhos informais, a pequenas empresas prestadoras de serviços, trabalho domiciliar ou cooperativas de trabalho.

2.3. O TETO DE VIDRO

A autora Manganeli (2012) define o fenômeno “Teto de vidro” como um limite invisível superior na carreira, impedindo as mulheres de ascender profissionalmente. O termo é uma comparação com uma barreira invisível, já que não é, de primeiro momento, uma prática observada no mercado de trabalho. A autora destaca que há algumas diferenças no

comportamento das mulheres e homens, na forma de gerir uma empresa, e foi considerado um fator para identificar o Teto de vidro, como a educação, a experiência, a capacidade e a motivação.

Não há registros sobre a criação do termo “Teto de Vidro” e de acordo com Rocha (2006), teria sido o Wall Street Journal, em 1986, que o popularizou através de um artigo acadêmico por AM Morrison que verificou o fato de que, em grandes corporações na Europa e América do Norte, as mulheres passaram a representar mais de 10% das chefias e 4% dos *Chief Executive office*- CEO e presidentes. (MANGANELLI, 2012, p. 23.)

Dados do IBGE (2010), nos mostram que os rendimentos médios para homens e mulheres, considerando níveis de escolaridade, de doze anos ou mais, que as mulheres recebem 58% do rendimento dos homens, esse exemplo é um indício da existência do Teto de Vidro no Brasil.

3. METODOLOGIA

O presente estudo baseia-se na abordagem qualitativa e descritiva, fazendo uso de gráficos para uma melhor compreensão do objeto. As variáveis analisadas são: taxa formação no Ensino Superior, proporção de mulher no trabalho formal e proporção de trabalhadores informais em ocupação não agrícola, para o período de 2012 e 2016 contemplando as cinco regiões brasileiras. Foi utilizada a abordagem descritiva, pois por meio da bibliografia utilizada e dados coletados, podemos nos aproximar com a problemática. Segundo Tumulero (2017), a pesquisa descritiva é uma análise minuciosa e descritiva do objeto de estudo, utilizam-se gráficos de sexo, idade, nível de escolaridade e localidade, por exemplo.

A pesquisa é definida como quali-quantitativa, para isso foram utilizados dados primários e secundários, os dados primários consistem de um contexto histórico obtidos através da literatura disponível, entendendo como a desigualdade de gênero está enraizada em nossa sociedade, como é definido o trabalho informal e o fenômeno “Teto de vidro” que é uma barreira invisível para a mulher ter acesso ao mercado de trabalho. Através dessas literaturas foram levantados artigos, revistas e livros que descrevem essas situações no Brasil e no mundo e assim estabelecemos um paralelo entre a realidade econômica e social das mulheres com a situação que elas se encontram no mercado de trabalho.

A pesquisa documental, utilizada de dados secundários que darão o embasamento para as conclusões da situação da mulher no mercado de trabalho Brasileiro foram obtidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), onde foram coletados dados sobre

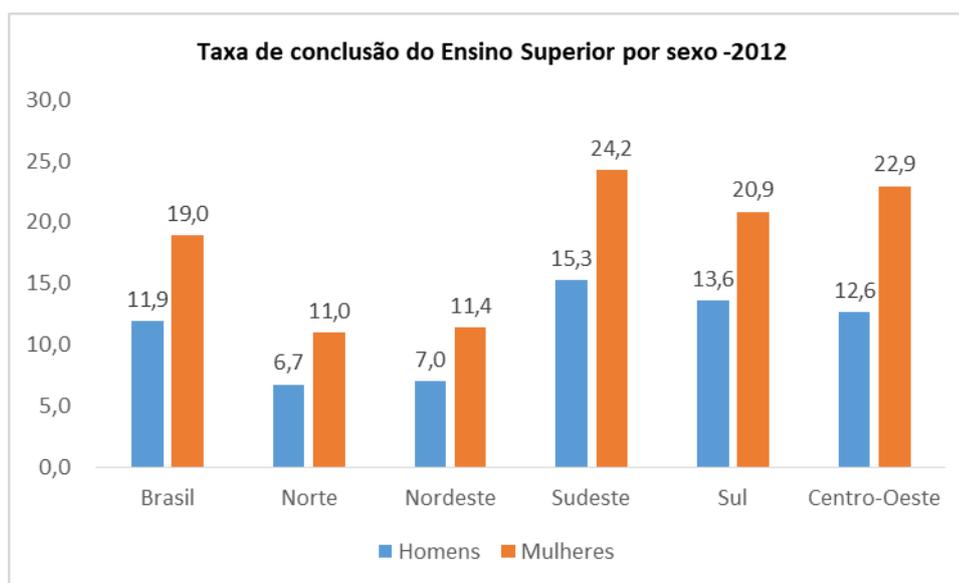
Trabalho formal das mulheres, trabalho informal não agrícolas de mulheres e homens por raça, formação no nível superior por sexo e raça e o rendimento por sexo que em paralelo com o contexto histórico da desigualdade de gênero nos guiarão para a conclusão da pesquisa.

4. APRESENTAÇÃO DE DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

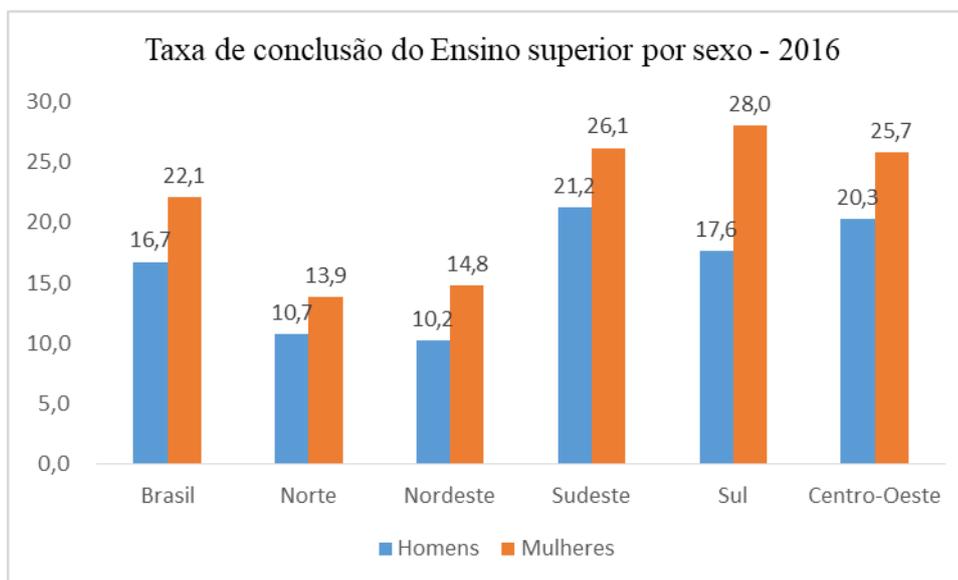
Para permitir uma análise do comportamento das variáveis analisadas: qualificação acadêmica, trabalho formal e informal, torna-se como parâmetro os anos de 2012 e 2016, cujos resultados impõe-se nos gráficos a seguir. A análise inicia-se pela qualificação acadêmica, conforme os gráficos 1 e 2.

Os gráficos 1 e 2 a seguir, expõem a taxa de conclusão do ensino superior de homens e mulheres para os anos de 2012 e 2016, em cada região brasileira.

Gráfico 1: Taxa de conclusão do Ensino Superior por sexo - 2012



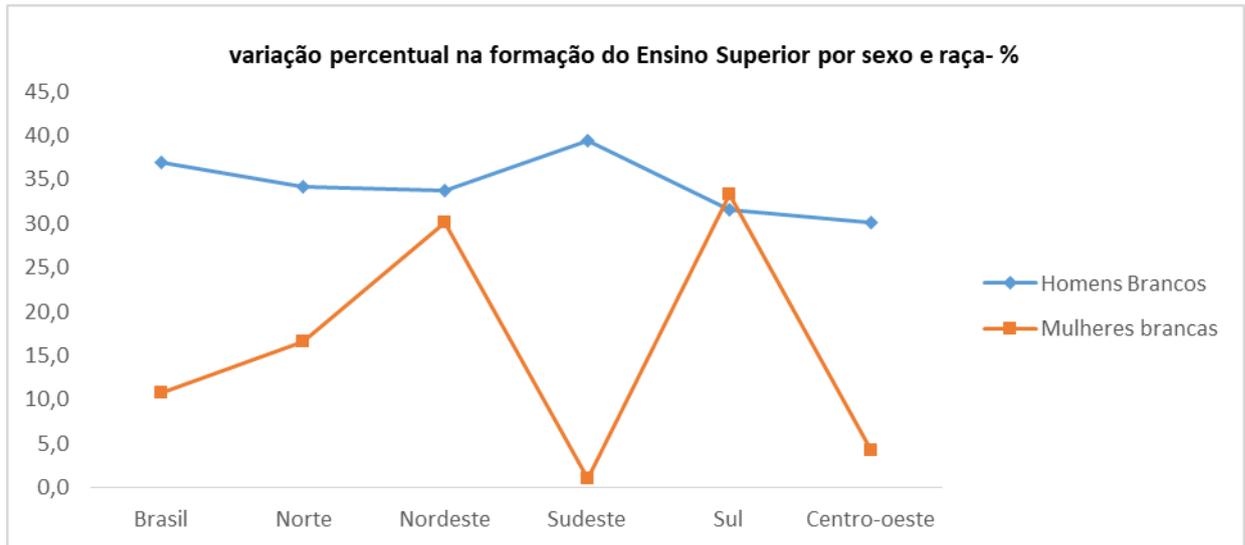
Fonte: Elaboração própria. Base de dados IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. 2012.

Gráfico 2: Taxa de conclusão do Ensino Superior por sexo - 2016

Fonte: Elaboração própria. Base de dados IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. 2016.

Primeiramente, podemos perceber que os dados apresentados para o Brasil é uma média das demais regiões e as mulheres superam a média nacional. A diferença da taxa de formação das mulheres para os homens é de 7,1 no ano de 2012 e no ano de 2016 é 5,4, nos 4 anos essa diferença diminuiu. As regiões onde temos a menor taxa de formação no Ensino Superior, em relação a ambos os sexos, são os Norte e Nordeste e podemos observar um crescimento dessa taxa de 2012 para 2016. Em seguida temos as regiões onde as maiores taxas de formação no ensino superior, em relação a ambos os sexos, em 2012 são a região Sudeste e Centro-Oeste, no ano de 2016, a situação modifica, As duas Regiões que lideram são a Sudeste e Sul. E nos dois anos, nas regiões as mulheres estão à frente dos homens no quesito de Conclusão do Ensino Superior.

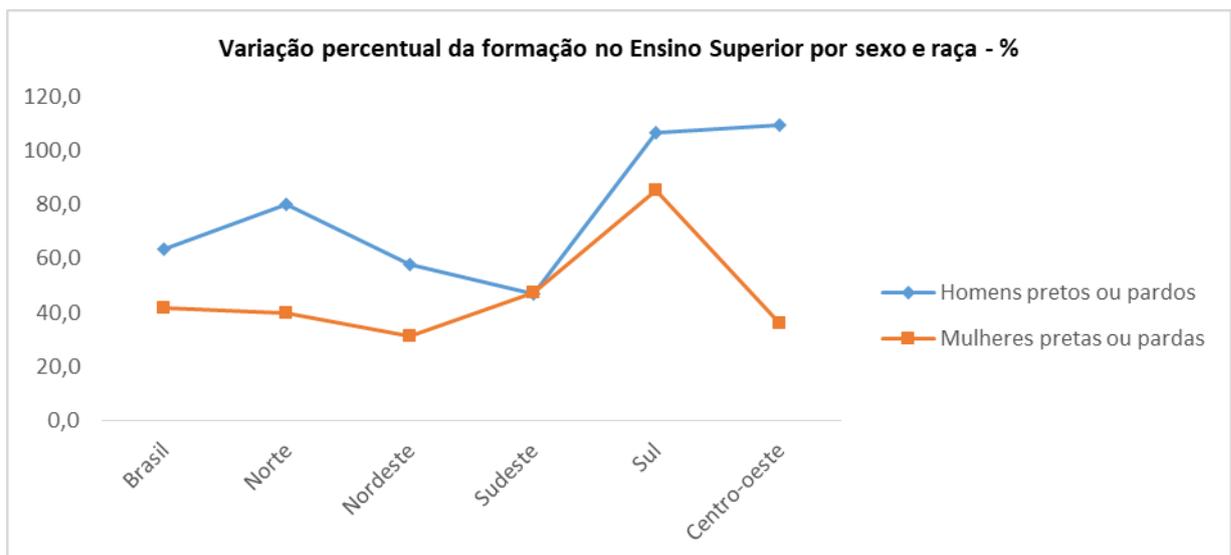
Os gráficos 3 expõem a variação percentual na formação do Ensino superior de mulheres e homens brancos para os anos de 2012 e 2016, em cada região brasileira.

Gráfico 3: Variação percentual na formação do Ensino Superior por sexo e raça-%

Fonte: Elaboração própria. Base de dados IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. Nota: percentual da variação entre os valores na formação do Ensino Superior de 2012 e 2016.

No gráfico 3, representa os sexos mulheres e homens brancos no Brasil, a variação é maior para os homens brancos, para as mulheres brancas a variação é de apenas menor. Nas Regiões do Brasil, o Sul foi o único onde as mulheres brancas tiveram uma maior variação na formação em Ensino Superior. É importante observar que no Sudeste a variação das mulheres brancas a menor.

O gráfico 4 a seguir, expõem a variação percentual da formação no Ensino superior de mulheres e homens pretos ou pardos para os anos de 2012 e 2016, em cada região brasileira.

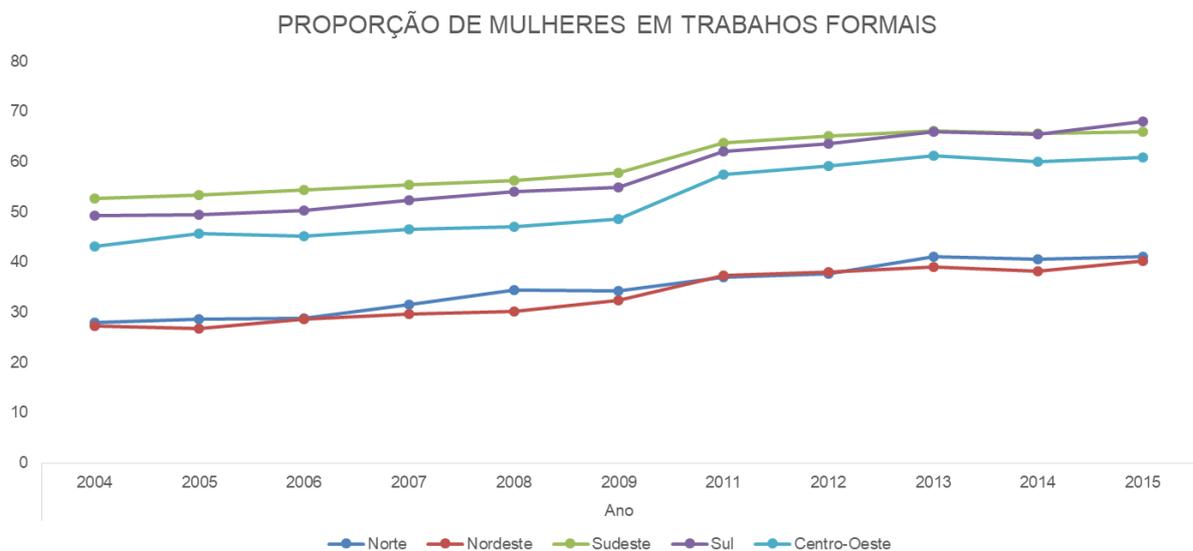
Gráfico 4: Variação percentual da formação no Ensino Superior por sexo e raça-%

Fonte: Fonte: Elaboração própria. Base de dados IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. Nota: percentual da variação entre os valores na formação do Ensino Superior de 2012 e 2016.

No gráfico 4, representamos a variação percentual da formação no Ensino superior por mulheres e homens pretos ou pardos. No Brasil, a variação é maior para os homens, porém a variação no percentual das mulheres pretas ou pardas é maior do que a variação das mulheres brancas. Nas regiões, o sul e centro-oeste, os homens pretos ou pardos tem uma variação positiva que dobra do ano de 2012 para 2016, no sul as mulheres pretas ou pardas tem uma variação positiva alta, sendo, dentre as Regiões a maior. No sudeste a variação de formação no Ensino Superior das mulheres e homens pretos ou pardos é bem aproximada, porém as mulheres superam.

O gráfico 5 a seguir, expõem a proporção mulheres em trabalhos formais para o ano de 2004 a 2015, em cada região brasileira.

Gráfico 5: Proporção de mulheres em trabalhos formais- 2004 a 2015.

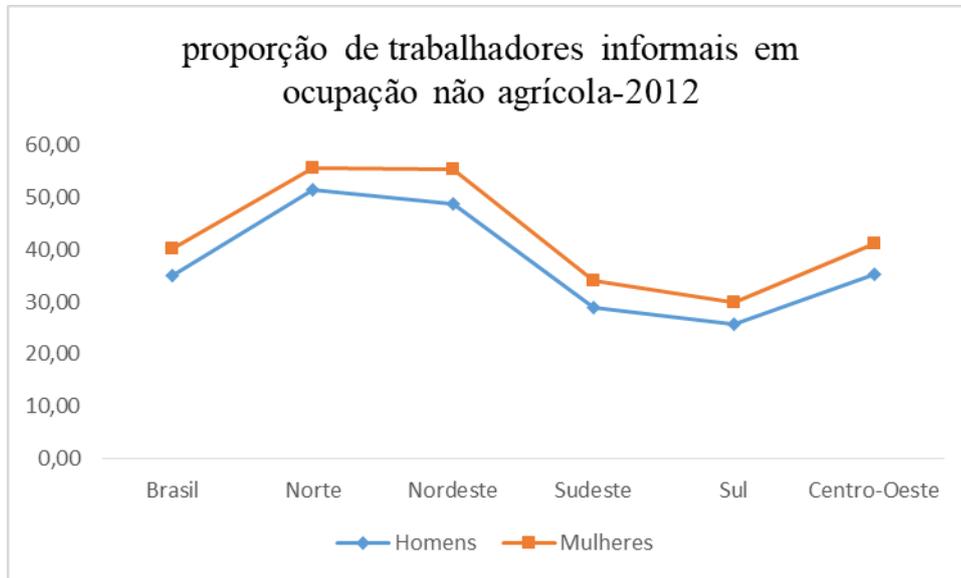


Fonte: Elaboração própria. Base de dados IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. 2004 a 2015.

O Norte e Nordeste são as regiões com as menores proporções de mulheres no trabalho formal, o Norte, em alguns anos, ultrapassa o Nordeste e no final de 2015, há um crescimento na proporção de mulheres no trabalho formal. O Centro-oeste é a terceira Região onde a proporção de mulheres em trabalhos formais é maior, de 2009 para 2011 há um crescimento nessa proporção. Sudeste e Sul são as duas regiões onde a proporção de mulheres em trabalhos formais são as maiores. Nos anos iniciais o Sudeste está à frente, com uma pequena diferença para o Sul. No ano de 2013 as duas regiões se encontram no mesmo ponto, e em 2015 o sul ultrapassa o Sudeste na proporção de mulheres em trabalhos formais.

O gráfico 6 a seguir, expõem a proporção de trabalhadores informais em ocupação não agrícola de homens e mulheres para o ano de 2012, em cada região brasileira.

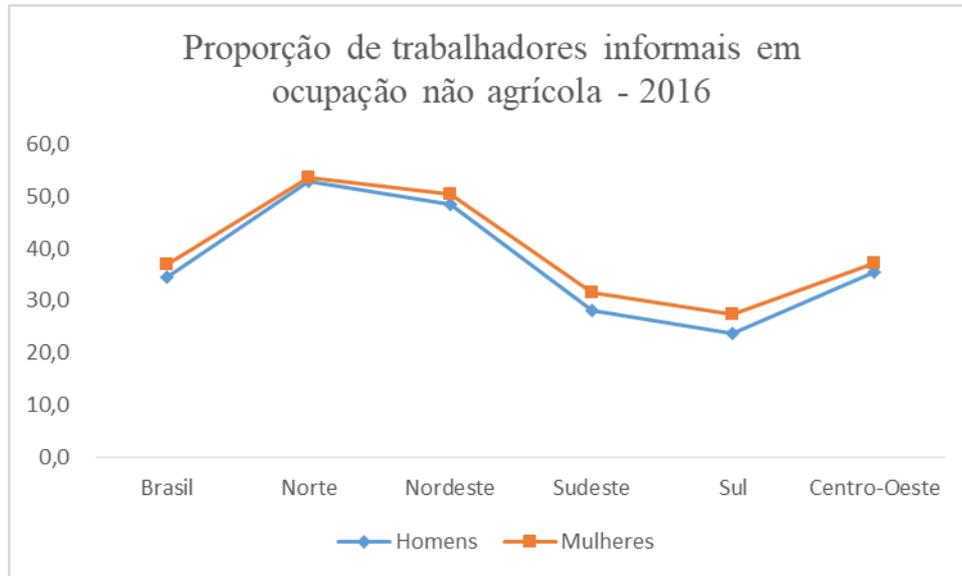
Gráfico 6: Proporção de trabalhadores informais em ocupação não agrícola- 2012



Fonte: Elaboração própria. Base de dados IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. 2012.

As mulheres se encontram a frente, a diferença apesar de pequena ainda é bastante perceptível no gráfico. A Região Norte e Nordeste é onde pode ser observado a maior proporção de trabalhadores informais em ocupação não agrícola mulheres, essa proporção cai quando passamos para as Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

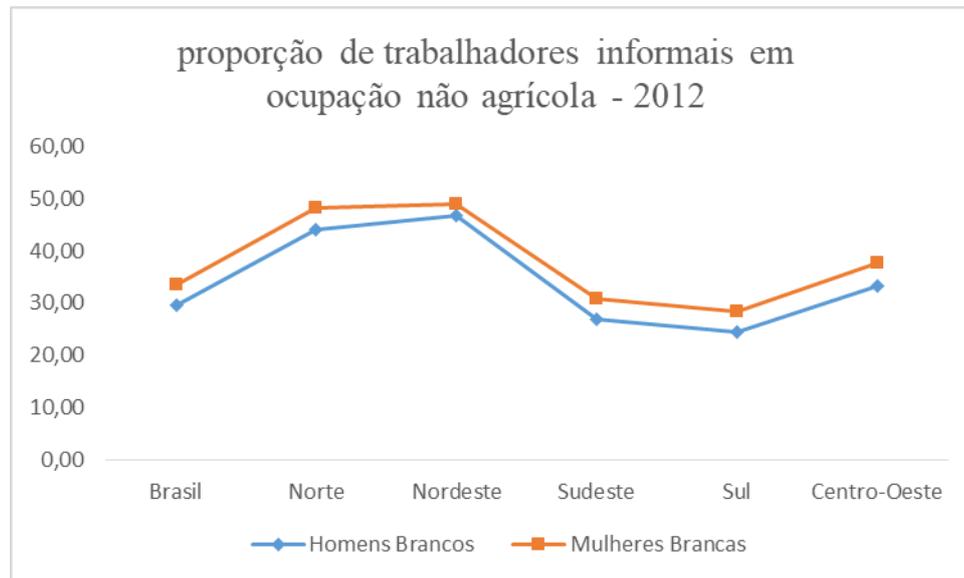
O gráfico 7 a seguir, expõem a proporção de trabalhadores informais em ocupação não agrícola de homens e mulheres para o ano de 2016, em cada região brasileira.

Gráfico 7: Proporção de trabalhadores informais em ocupação não agrícola - 2016

Fonte: Elaboração própria. Base de dados IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. 2016.

No ano de 2016, esse *gap*, entre as mulheres e homens é menos perceptível. As Regiões Norte e Nordeste continuam sendo as com maior proporção, porém há uma queda maior na Região Nordeste em comparação ao Norte. As Regiões Sudeste e Sul também tem uma queda na proporção de trabalhadores informais em ocupação agrícola no ano de 2016, No Centro-Oeste há uma queda na proporção para as mulheres e elas se aproximam da linha de proporção do homem.

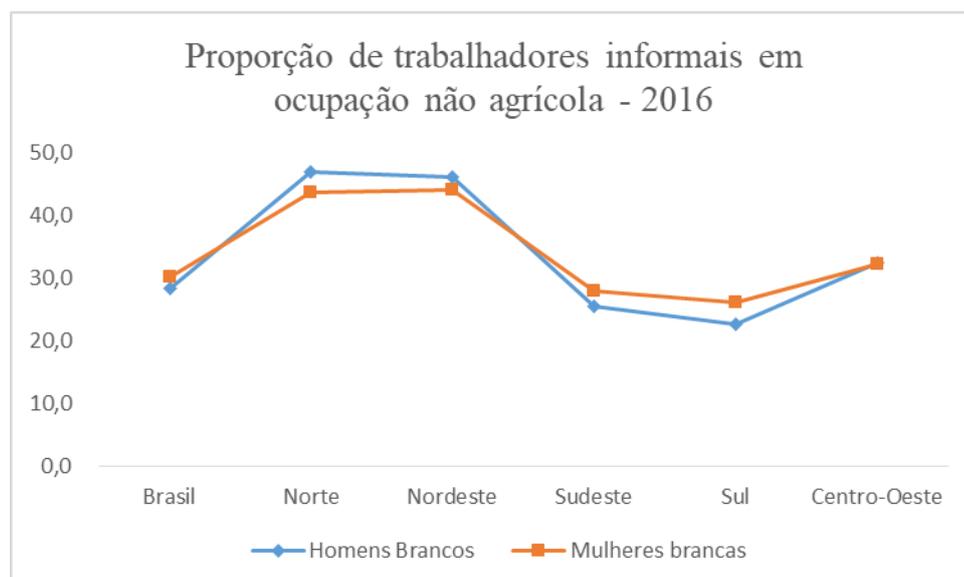
O gráfico 8 a seguir, expõem a proporção de trabalhadores informais em ocupação não agrícola de mulheres e homens brancos para o ano de 2012, em cada região brasileira.

Gráfico 8: Proporção de trabalhadores informais em ocupação não agrícola- 2012

Fonte: Elaboração própria. Base de dados IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. 2012.

Podemos observar que as mulheres brancas tem a maior proporção em comparação aos homens brancos, No Nordeste a diferença das proporções entre homens e mulheres é menor. Porém as Regiões Norte e Nordeste continuam sendo as Regiões com a maior proporção de trabalhadores informais em ocupação não agrícola em 2012.

O gráfico 9 a seguir, expõem a proporção de trabalhadores informais em ocupação não agrícola de mulheres e homens brancos para o ano de 2016, em cada região brasileira.

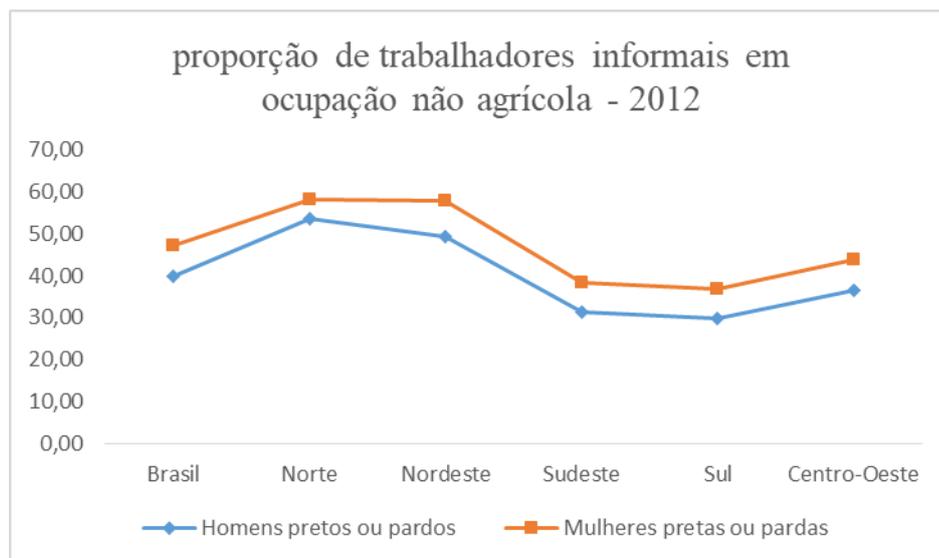
Gráfico 9: Proporção de trabalhadores informais em ocupação não agrícola- 2016.

Fonte: Elaboração própria. Base de dados IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. 2016.

As mulheres brancas já se encontram em um outro cenário em algumas regiões do Brasil. Na Região Norte e Nordeste os homens brancos ultrapassam as mulheres brancas na proporção de trabalhadores informais em ocupação não agrícola, porém no Sudeste e Sul, onde a diferença das proporções eram menores, as mulheres continuam à frente dos homens, na Região Centro-Oeste a proporção de trabalhadores informais em ocupação não agrícola dos homens brancos e mulheres brancos caem e se aproximam, ficando quase no mesmo ponto.

O gráfico 10 a seguir, expõem a proporção de trabalhadores informais em ocupação não agrícola de mulheres e homens pretos ou pardos para o ano de 2012, em cada região brasileira.

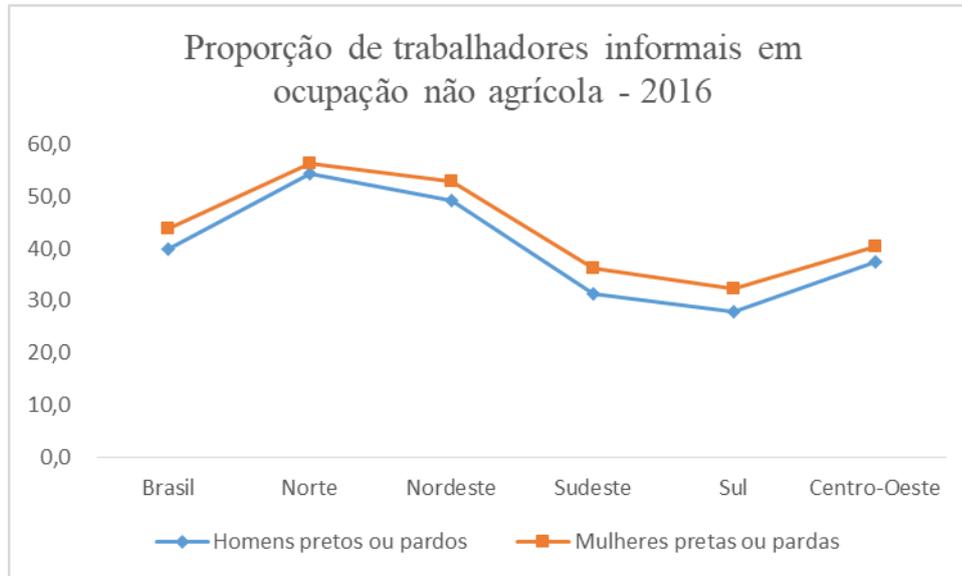
Gráfico 10: Proporção de trabalhadores informais em ocupação não agrícola



Fonte: Elaboração própria. Base de dados IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. 2012.

A proporção de mulheres pretas ou pardas é maior que a proporção dos homens. As regiões Norte e Nordeste continuam sendo as regiões com as maiores proporções, seguidas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A proporção de mulheres e homens pretos ou pardos em comparação com a proporção das mulheres brancas e homens brancos é bem acima.

O gráfico 11 a seguir, expõem a proporção de trabalhadores informais em ocupação não agrícola de mulheres e homens pretos ou pardos para o ano de 2016, em cada região brasileira.

Gráfico 11: Proporção de trabalhadores informais em ocupação não agrícola – 2016.

Fonte: Elaboração própria. Base de dados IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. 2016.

Podemos observar que a proporção cai em relação a 2012, porém as mulheres continuam a frente dos homens. Há uma queda perceptível na proporção das mulheres pretas ou pardas do Nordeste. As Regiões Sudeste e Sul tem a menor proporção em ambos os sexos seguidos do Centro-Oeste.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade de gêneros acontece em vários aspectos da nossa vida econômica, social e política. Essa desigualdade pode se agravar em regiões onde o crescimento econômico é de forma mais lenta. Como a região Norte e Nordeste, observamos que no ano de 2012 e 2016, as duas regiões tem a menor taxa de conclusão do Ensino superior entre homens e mulheres, são regiões onde há muita desigualdade, não apenas de gênero. As outras regiões em comparação as regiões norte e nordeste apresentam uma qualidade de vida maior, mais oportunidades de trabalho. Quando observamos a situação das mulheres pretas ou pardas percebemos que há um abismo maior, por fatores como a situação de pobreza mais aguda presente, muitas não conseguem concluir o ensino superior pelo fato de terem que cuidar dos filhos, o machismo que sempre teve presente em nossa sociedade o que causa essa defasagem maior das mulheres pretas ou pardas no ensino superior.

A taxa de conclusão do Ensino superior para as mulheres mostra-se a maior, isso nos diz que as mulheres teriam mais qualificação para ocuparem cargos de maior responsabilidade, receber o mesmo salário que os homens e terem empregos formais, porém

a variação percentual na formação do ensino superior para as mulheres é menor que para os homens, ou seja, a taxa de mulheres concluindo o ensino superior não cresceu muito, mas a dos homens pretos ou pardos, por exemplo, chega a dobrar, como no sul e centro-oeste. Isto significa que os homens estão alcançando as mulheres quando se trata da conclusão do ensino superior, por isso é importante o incentivo da mulher continuar os estudos, a pesar de todo o empecilho e preconceito para que se possa alcançar uma melhor condição de vida.

Quando a análise entra no mercado de trabalho formal, a desigualdade de gênero se evidencia. Com a mulher recebendo menor remuneração, mesmo desempenhando funções idênticas a dos homens.

No trabalho informal, podemos analisar que principalmente as mulheres pretas e pardas são em maior proporção, pois mesmo tendo sua formação e qualificação, a empresa irá preferir contratar uma mulher branca, pois o preconceito racial está enraizado no Brasil, além da baixa formação em comparação às mulheres brancas, como podemos analisar nos gráficos.

Apesar das mulheres terem uma maior taxa de conclusão no ensino superior, a sua proporção de trabalho informal não agrícola é a maior no Brasil e por Região, podemos fazer um paralelo com a dificuldade das mulheres serem contratadas, é possível que a teoria do teto de vidro ajude na compreensão desse fato. Para melhor conciliar a sua vida com a sua 2ª jornada de trabalho, as mulheres optam por o trabalho onde irão poder administrar o seu tempo com a sua vida pessoal e ter um rendimento maior do que se teria em um emprego formal. Assim podemos compreender que a Formação no Ensino Superior, não irá garantir que a mulher consiga seu espaço no mercado de trabalho formal e ela optará pelo trabalho informal para facilitar a conciliação com sua segunda jornada de trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. **Trabalho informal, gênero e Traça no Brasil do início do século XXI**. Cadernos de pesquisa, v. 43, n. 149, p. 452-477, 2013.

CARRASCO, Cristina. **El trabajo doméstico: un análisis económico**. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad, 1991.

CAVAZOTTE, Flávia de Souza Costa Neves; DE OLIVEIRA, Lucia Barbosa; DE MIRANDA, Liliana Carneiro. **Desigualdade de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa**. Revista de Administração, v. 45, n. 1, p. 70-83, 2010.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. 10.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Mulheres no Trabalho formal**. Grandes Regiões: IBGE; 2004-2015.

KON, Anita. **Perfil do Trabalho Informal no Brasil em uma Perspectiva de Gênero**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais-ABEP. Caxambu-MG, 2008.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília: OIT, v. 1, 2010.

MANGANELLI, Anelise. **A mão invisível no teto de vidro**. / Anelise Manganelli. Porto Alegre, 2012. 123 f.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO-OIT. **Decent work and the informal economy**. Geneva: ILO, 2002.

RAMALHO, Celina. Mulheres, **Desenvolvimento econômico e (des)igualdade de gênero**. Revista do Conselho Federal de Economia. Especial Mulheres. 2019.

TEIXEIRA, Mariele Oliveira. V.9, n1 (2008): Revista Gêneros- ARTIGOS. **Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem economistas feministas**. Disponível em <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/94/70>> Acesso em: 22 de abril de 2019.